

# COMANDOS EM CENA: O ESTATUTO DO DIRETIVO NO LIVRO DIDÁTICO DE LP<sup>11</sup>

## *COMMANDS IN SCENE: THE STATUTE OF DIRECTIVE IN THE PORTUGUESE LANGUAGE BOOK<sup>2</sup>*

Leilane Ramos da Silva<sup>3\*</sup>

Jaqueline dos Santos Nascimento<sup>4\*\*</sup>

Jorge dos Santos Cruz<sup>\*\*\*</sup>

Universidade Federal de Sergipe

### RESUMO

À luz de uma perspectiva pragmática de linguagem, este artigo focaliza o estatuto dos atos de falapresentes na seção de interpretação de texto da coleção ‘Português: ensino médio’, adotada na rede pública da cidade de Itabaiana-SE. Para tanto, realça conceitos caros à Teoria dos Atos de Fala, notadamente aqueles relacionados à classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin (1962) e aqueles descritos nas propostas de Searle (1969; 2002). A análise evidencia o caráter institucional-diretivo do livro didático, na medida em que este prevê e

1 <sup>1</sup>Este trabalho é fruto do desenvolvimento do projeto: “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PIBIC/CNPq), desenvolvido no período de agosto de 2011 a julho de 2012.

2 <sup>\*\*\*</sup> Graduando em Letras na Universidade Federal de Sergipe. Integrante da equipe executora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PIBIC/CNPq). E-mail: jorge77706@hotmail.com

3 <sup>3</sup> Doutora em Letras (UFPB), área de concentração em linguística/língua portuguesa, professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PICVOL/PIBIC/CNPq). E-mail: leilane3108@gmail.com

4 <sup>\*\*</sup> Mestranda em linguística pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante da equipe executora do projeto de pesquisa “Atos de fala veiculados no livro didático de língua portuguesa: foco na coleção “Português: Ensino Médio”.” (PICVOL/PIBIC/CNPq). E-mail: jaquelinesnascimento@gmail.com

comanda uma linha de ação a ser realizada pelo aluno, destinatário das questões nele veiculadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** atos de fala; comandos; livro didático.

#### ABSTRACT

Under a pragmatic perspective of language, this article focuses on the status of the existent speech acts in the section of interpretation of text of a collection known as Português: ensinomédio, adopted for the public schools in the countryside town Itabaiana-SE. For this, it highlights severe concepts to the Theory of Speech Acts, especially those ones related to the classification of illocutionary acts proposed by Austin (1962) and those ones describe in Searle's (1969, 2000) proposal. The analysis empathizes the directive-instruction character of the textbook, because it forecasts and commands a line of action to be executed by the pupil – addressee of the existent tasks.

**KEYWORDS:** speech acts, commands, textbook

## INTRODUÇÃO

Os atos de fala são caracterizados pela relação do enunciado (conteúdo proposicional) com uma ação desempenhada no mundo, na medida em que qualquer elocução possui ligação com uma ação passada ou busca uma ação futura de algum dos interlocutores. Têm por base os postulados do filósofo inglês J. Austin (1962) e sua *Filosofia da linguagem*. Tal estudioso tentava explicar a ligação entre a linguagem e suas ações no mundo. Porém, no decorrer do tempo, vários têm sido os estudos que tentam explicar essas ligações entre linguagem e mundo.

A teoria que melhor estuda essas relações entre linguagem e mundo é a Teoria dos Atos de Fala (TAF). Ela se apoia nos pressupostos da Pragmática, segundo a qual a linguagem deve ser encarada do ponto de vista da enunciação, ou seja, da relação do uso linguístico, seu contexto e seus interlocutores. O contexto é definido, nessa perspectiva, como um fator essencial na delimitação dos objetivos em jogo entre os participantes do processo comunicativo.

Fundamentalmente, deve-se dizer que a Pragmática trouxe aos estudos linguísticos ofoco na importância dos sujeitos na interlocução. A interação destes tem papel fundamental na significação. Assim, pode-se

dizer que os atos de fala são estudados nas mesmas considerações, visto que também são analisados com plena atenção nas intenções/atuações dos interlocutores. Baseados nos estudos da TAF, este artigo se propõe a analisar atos extraídos da seção de interpretação de texto da coleção *Português: Ensino Médio*, nos volumes 1, 2 e 3. Passemos, então, ao estudo da referida teoria<sup>5</sup>.

## 1. A Teoria dos Atos de Fala (TAF)

A TAF tem suas origens remontadas à filosofia linguística desenvolvida pelos filósofos da escola de Oxford. Seu representante mais conhecido é J. Austin, que em 1962 fez uma análise dos verbos “jurar” e “batizar”, os quais ele considera performativos. Uma das suas principais contribuições para a teoria foi a distinção que fez entre as sentenças constativas e as performativas. Ele argumenta que a sentença performativa já completa uma ação (um ato) no momento em que é enunciada, com formas do tipo *eu prometo...*, *eu ordeno...*, *eu te batizo...*etc. Já os constativos apenas reportam a algo sem o praticar, como em “O dia está lindo”.

Uma das principais máximas usadas na TAF é a de que “todo dizeré um fazer”. Com isso, pode-se desfazer a divisão entre os *constativos* e os *performativos*, visto que todo enunciado realiza uma ação, ou seja, a “performatividade se faz presente em todo e qualquer enunciado” (KOCH, 2001). De acordo com essa explicação, mesmo uma asserção está ligada a uma ação passada ou presente. Ao dizer “ganhei na loteria”, o locutor está adequando sua linguagem ao ato de ganhar na loteria, comprometendo-se com a verdade.

Considerada a principal contribuição para os estudos que tratam da ação na linguagem, a TAF tem como principais postulados o comprometimento dos interlocutores com alguma ação que ocorre no mundo. Nesse sentido, a fala de alguém pode comprometer o próprio falante ou seu interlocutor, como será mais esclarecido com as classificações que serão mostradas à frente.

De acordo com os estudos rotulados de acionais, o que deve ser analisado é o enunciado e não apenas a frase. A frase se entende pela

5 A perspectiva aqui endossada revisita apenas alguns dos conceitos caros à abordagem clássica dos atos de fala, embora se reconheça a importância e, igualmente, a pertinência de muitas críticas a ela dirigidas, como as que são registradas nas chamadas abordagens interacionistas. Para uma análise mais voltada a esses peculiares, julga-se oportuna a leitura de Pereira e Gray (1999).

manifestação formal da língua, enquanto o enunciado leva em consideração todo o contexto, que pode dar significações distintas na interlocução. Por exemplo, “o dia está bonito”, quando enunciado por amigo que combinara de ir à praia, pode se tratar de um convite ao passeio; mas, se dito por alguém que tinha prometido a um segundo amigo fazer uma cobrança no primeiro dia ensolarado do mês, significaria um aviso ou ameaça. Por isso, pode-se ver que a realização de um ato ou de outro depende muito da situação em que está inserido o enunciado.

Austin estabeleceu uma distinção entre três tipos de atos: *locucionários*, *ilocucionários* e os *perlocucionários*. A divisão não indica exclusão entre eles, pois todo ato tem ao mesmo tempo as características dos três.

O ato *locucionário* é a emissão de um conjunto de sons organizados de acordo com as regras da língua. É constituído por um ato de referência, através do qual se designa algo no mundo, e um ato de predicação, que serve para atribuir característica à referência.

O ato *ilocucionário* atribui ao conteúdo da sentença (conteúdo proposicional ou proposição) uma determinada força chamada ilocucionária: de pergunta, ordem, promessa, etc.

Por fim, o ato *perlocucionário* é o efeito que é conseguido sobre o interlocutor: convencê-lo, assustá-lo, etc. Muitas vezes a realização de um ato não tem sua plena realização no mundo. Nesse caso, diz-se que o ato ilocucionário foi realizado, mas o efeito perlocucionário não foi satisfeito. O conceito de *satisfação* foi introduzido por Vanderveken (1988), que o diferencia do *sucesso* do ato. Este é considerado a realização do conteúdo proposicional da enunciação, sem levar em conta o efeito perlocucionário. Já a *satisfação* no mundo é a realização por parte do interlocutor da ação proposta no ato.

Mari (2001) diz que são dois os componentes principais dos atos de fala: o *marcador proposicional* e o *marcador de força ilocucional*. O primeiro diz respeito ao conteúdo da proposição; já o segundo indica a força que é exercida sobre tal elocução, é a força ilocucionária que determina o modo pelo qual a proposição precisa ser considerada.

Há ainda na TAF a distinção entre os atos de fala diretos e os indiretos. Os *diretos* acontecem quando se usa uma forma linguística que é própria do objetivo desejado. Como exemplo é possível ver o uso do imperativo

quando se quer dar ordens e a entonação específica das perguntas quando se tem o desejo de perguntar. Quando a mãe diz ao filho “vá tomar café”, está realizando um ato *direto*.

Os *indiretos* ocorrem quando há a utilização de formas linguísticas que não são canônicas para a realização do tipo de ato que está sendo realizado. Essas formas trazem um sentido outro, reconhecido pelo interlocutor. Por exemplo, uma pergunta do tipo “você pode me passar o sal?”<sup>6</sup> é um exemplo de um ato *indireto*, pois a intenção do locutor não é saber se o interlocutor tem as condições físicas de lhe passar o saleiro, mas sim fazer com que este entregue o sal.

Nesse ponto surge um grande desafio para os estudiosos: saber o que faz com que o interlocutor reconheça a verdadeira intenção do falante. Searle (1969) diz que o reconhecimento explica-se pelas condições de realização do ato – *condições preparatórias, condições de conteúdo proposicional*, etc. Para que um ato de fala alcance os objetivos visados, é preciso que o ouvinte seja capaz de captar a intenção do falante. A mera decodificação da sentença não é suficiente para que tal intenção seja captada.

Por isso, Koch (2001) diz que é através das inferências que se pode interagir eficientemente, pois nenhum texto é capaz de trazer todas as informações que envolvem a situação. A informação que não vem explícita é chamada “informação normal” e as inferências vão servir para preencher essas lacunas para o ouvinte/leitor.

Alguns estudiosos desse ramo se preocuparam ao longo dos seus estudos sobre atos de fala em encontrar uma classificação que lhes parecesse plausível quanto à intenção de cada ato. Porém, ainda não se chegou a um consenso sobre quais elementos devam ser analisados numa classificação tampouco se existe alguma mais adequada. Abaixo destacamos algumas observações sobre duas das principais classificações existentes.

### 1.1 A classificação de Austin (1962)

É muito difícil se chegar a uma classificação porque os atos envolvem particularidades dos mais variados tipos de verbos e/ou ações. E, além disso, eles podem determinar ações as mais variadas. Austin associa a cada categoria de sua classificação alguns verbos que geralmente designam ações

6 Exemplo clássico de Searle (1969).

que ele conceitua: *vereditivos*, *expositivos*, *exercitivos*, *comportativos* e *compromissivos*.

Apresentando de forma resumida, temos: i) *vereditivos*: “consistem na pronúncia de um veredito, oficial ou não-oficial, sobre a evidência ou as razões relativas a valor ou fato, tanto quanto estes se possam distinguir.”; ii) *exercitivos*: “consistem em proferir uma decisão favorável ou desfavorável a certa linha de ação ou advogá-la...”; iii) *compromissivos*: consiste em comprometer o locutor com uma linha de ação; iv) *expositivos*: “ligados a atos de exposição envolvendo a explanação de concepções, a condução de argumentos e o esclarecimento de usos e referências.”; v) *comportativos*: relativos ao comportamento e à sorte de outra pessoa diante da conduta passada ou iminente de alguém.

Essa classificação recebeu alguns ajustes com as observações de Searle (1969), vista à frente.

## 1.2 A classificação de Searle (1969)

Observando a classificação de Austin, Searle detectou algumas lacunas e a partir daí fez uma reclassificação dos atos. Apesar de algumas críticas que faz, ele deixa bem claro que sua classificação não é em nada oposta à de Austin, mas sim uma tentativa de aprimoramento da primeira.

Searle leva em consideração diferenças que fazem com que uma mesma sentença seja ora uma asserção, ora uma ameaça. Na tentativa de encontrar o que difere um ato do outro, o referido autor define doze dimensões significativas de variação como forma de distinção dos atos ilocucionários, porém, em sua classificação, toma como base apenas três aspectos:

- a) *opropósito ilocucionário*: está ligado à pretensão que o falante tem ao emitir determinado enunciado. O propósito de um pedido, por exemplo, é fazer que o ouvinte realize algo.
- b) *adição do ajuste entre as palavras e o mundo*: ligado às relações com o mundo estabelecidas pelas palavras, por exemplo, ao fazer um pedido, o locutor quer fazer com que o mundo corresponda às palavras proferidas, nesse caso, temos a direção do ajuste para pedido mundo-palavra. Observamos que um ato de fala, emitido via palavras, pode se tornar realidade.

- c) o *Estado psicológico expreso*: relacionado à atitude, a um estado que o falante expressa ao realizar qualquer ato ilocucionário. Por exemplo, quem promete fazer algo, expressa a intenção de fazer algo. Searle destaca que o estado psicológico expreso em um ato ilocucionário é a condição de sinceridade de um ato.

Antes de propor sua classificação, Searle também aponta alguns equívocos da classificação austiniana. Com essas palavras o autor resume suas observações:

há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há princípio consistente de classificação (SEARLE, 2002 p. 18).

A nova taxonomia passa a ser composta, então, pelos seguintes tipos de atos:

*Assertivos*: o propósito dos atos dessa classe é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa. Esta é avaliada sob os critérios do *verdadeiro* e do *falso*. A direção do ajuste é palavra-mundo e o estado psicológico é crença que **P**. Contém a maioria dos expositivos e dos vereditivos de Austin.

*Diretivos*: são os atos proferidos por alguém quando se quer levar o ouvinte a fazer determinada ação. Podem ser em menor força (pedidos) ou maior vigor ilocucionário (ordens). A direção do ajuste é mundo-palavra e o conteúdo proposicional é que o ouvinte **O** faça uma ação futura **A**. São os comportativos e alguns exercitivos de Austin.

*Compromissivos*: nesta classe se seguem todas as definições da classificação dos *diretivos*. A diferença é que o propósito é comprometer o próprio falante com uma linha de ação futura. A direção de ajuste é mundo-palavra e o conteúdo proposicional é sempre que o falante **F** faça alguma ação futura **A**.

*Expressivos*: a intenção desses atos é transmitir um estado psicológico. Nessa categoria não há direção de ajuste, pois não se pretende que o mundo

corresponda às palavras nem que as palavras correspondam ao mundo; a verdade da proposição expressa é pressuposta. São os casos de *desculpar-se*, *congratular*, *parabenizar*, etc.

*Declarações*: são os atos que, quando bem-sucedidos, garantem a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade. Se um ato de nomeação de um cargo é bem-sucedido, então o sujeito nomeado vai exercer aquele cargo a partir dali. A direção do ajuste pode ser palavra-mundo ou mundo-palavra. Essas situações de ajuste são chamadas de dupla direção.

Dentro da classe das declarações existe, porém, uma subclasse especial e com uma característica dos assertivos. Chamados por Searle de *declarações assertivas*, esses atos caracterizam-se por serem proferidos em algumas instituições, por isso são declarativos, e ao mesmo tempo podem se apresentar como uma verdade ou não. Toda instituição requer um ato ilocucionário a ser proferido por uma autoridade com a força das declarações. Nesse caso, o proferimento é uma alegação assertiva que, embora tenha o poder de mudar o mundo, pode não ser completamente verdadeira. As definições podem ser um exemplo dessa categoria. Há nessa categoria duas direções de ajustamento: o dos assertivos (palavra-mundo) e o dos declarativos (palavra-mundo e mundo-palavra).

Para a realização dos atos, existem condições que se fazem essenciais:

- i) *condições de conteúdo proposicional*, que dizem respeito a imposições sintático-semânticas essenciais para o desempenho do ato. Todo ponto ou modo possui restrições linguísticas que determinam a realização bem-sucedida. Por exemplo, um ponto comissivo (ou diretivo) impõe que seu conteúdo tenha uma expressão no futuro em relação ao momento da enunciação;
- ii) *condições preparatórias*, que se manifestam de modo implícito, ou seja, não material, mas mesmo assim dão sustentação para a realização do ato. Essas condições descrevem o papel dos interlocutores. Por exemplo, o ponto diretivo requer que o alocutário esteja apto a realizar a tarefa;
- iii) *condição de sinceridade*. A sinceridade expressa o estado mental do locutor no momento da execução de um ato. No modo-autorização, por exemplo, o locutor tem a intenção de prover o outro de poderes apropriados ao desempenho da ação; já no assertivo a intenção é passar uma verdade. Desconsiderar o caráter de verdade dos atos é tirar o valor ético-moral que deve comprometer o

processo interativo, dando à linguagem um descrédito absoluto.

A seguir, estão compilados os passos metodológicos validados para a realização deste estudo.

## 2. Metodologia

Baseada principalmente nos postulados de Austin (1962) e Searle (1969), foi feita uma análise geral dos atos encontrados pelo método coleta de dados. Depois foram utilizadas as sentenças retiradas para ver as ações que o produtor do livro pretende que os leitores (alunos) pratiquem no processo de ensino-aprendizagem.

O *corpus* utilizado é a coleção *Português: Ensino Médio*, José de Nicola, utilizada na rede pública de Itabaiana. Os volumes têm sua divisão feita em três partes. Parte 1: “Formando o leitor e o produtor de texto: as estruturas gramaticais dos textos”; Parte 2: “Formando o leitor e o produtor de texto: os textos do cotidiano”; a Parte 3: “Formando o leitor e o produtor de texto: os textos artísticos”. Essa divisão apresenta uma subdivisão em capítulos. Cada capítulo apresenta uma seção de interpretação de texto em que aparece um pequeno texto seguido de algumas questões. É nessas questões que são analisados os atos de fala, fazendo-se a classificação de cada um e mostrando-se quais as condições que fazem dele um ato com sucesso. São também analisados os efeitos de sentido deles de acordo com a posição dos interactantes que participam desse processo.

A classificação utilizada é a de Searle (1969), por tratar mais detalhadamente o ato *diretivo*, que muito aparece aqui por causa do propósito das questões de fazerem seus leitores realizarem ações. Após o número das páginas indicadas, há um *q*, que identifica a questão da qual ela foi retirada e um *v*, que identifica o volume da coleção em que a questão foi encontrada.

Após essa breve apresentação da classificação dos atos ilocucionários em Austin e em Searle, apresentamos a seguir alguns atos e algumas discussões sobre eles.

### 3. Resultados e discussão

Quando da observação da seção de interpretação de texto do livro supracitado, percebe-se que a maioria das questões traz em sua organização um ato *diretivo*, na medida em que o produtor do livro tem a intenção de fazer com que o leitor/aluno realize alguma tarefa. Para conseguir essa ação, a maneira utilizada é por meio de uma ordem, de um pedido, de um despertar de linha de ação futura pelo outro. Em muitas questões isso vem de forma bem direta, pois há um verbo performativo (explícito ou não) que por si só já mostra o que deve ser feito a partir da leitura do texto. É o que se pode confirmar nos exemplos de (1) a (7):

- (1) *Explique, a partir das palavras do título- ruídos e noite -, a definição de hiato e ditongo (p.19, q.2, v. 1)*
- (2) *Aponte os dígrafos existentes na frase da matéria...em seguida, transcreva-os segundo o alfabeto fonético (p. 19, q.4, v. 1)*
- (3) *Destaque do texto outros exemplos de dígrafos consonantais (p.19, q.5, v.1)*
- (4) *Faça a transcrição fonética das palavras homens e mulheres. Com base nela, formule uma hipótese sobre a letra h em relação ao som. (p.19, q.8, v.1)*
- (5) *Releia o título do artigo e classifique as palavras rosa e verão, observando seu comportamento morfossintático. (p.16, q. 1, v. 2)*
- (6) *Justifique a pontuação do último período do texto. (p.61, q. 9, v. 2)*
- (7) *Re-escreva o texto, pontuando-o a fim de preservar a coesão textual e, se necessário, adequando-o ao padrão formal culto. (p. 163, q. 2, v. 3)*

Nos exemplos de (1) a (7), percebemos que os atos de fala são diretos, ou seja, são realizados através de formas linguísticas especializadas para tal fim. Em (5), por exemplo, o verbo **reler** aparece no imperativo, propondo ao leitor a ação de ler novamente parte do texto apresentado. Logo, podemos dizer que se trata de um ato de fala diretivo realizado de forma direta, pois pretende-se que o interlocutor realize a ação expressa no ato de fala.

Porém, há também os atos diretivos que são realizados de forma menos imperativa, como nos casos reconhecidos em:

- (8) *Agora, como podemos justificar a grafia de palavras como tragédia, página, emergência, geral? (p.33, q. 5, v.1)*

- (9) *O vocábulo candeeiro é formado por quantas vogais, consoantes e semivogais? (p.20, q.11, v.1)*
- (10) *Como você interpreta o verso “somos do interior do milho”? (p.20, q.18, v.1)*
- (11) *que tipo de relação o termo destacado estabelece entre os dois versos? (p.40, q.5, v.1)*

Nos exemplos de (8) a (11), ao lançar mão de uma pergunta sobre os respectivos conteúdos tratados, a questão dá uma ordem ao leitor, que deve ser compreendida em termos de estrutura canônica pelo aluno: “justifique como a grafia de palavras como...” (no exemplo 8). A este cabe fazer o que é pedido.

Outras questões hospedam simultaneamente vários atos diretivos, configurando-se, assim, como uma instância diretiva global que opera com comandos distintos. A propósito, eis os exemplos de (12) a (14):

- (12) *Sobre a estrofe...a) explique o recurso poético sonoro explorado pelos autores...; b) explique o recurso formal explorado pelos autores...; c) considerando os aspectos formais da estrofe, justifique o emprego de pra... (p.40, q.3, v.1)*
- (13) *Qual é a regrinha prática que explica a grafia correta de deixar? Confronte essa grafia com a das palavras cochilando... (p.32, q.2, v.1)*
- (14) *Leia as duas sentenças a seguir e faça a transcrição fonética das palavras em destaque. Há diferença de significado? Como você as diferencia se a grafia é a mesma?... (p.19, q.7, v.1)*

Observamos que a direção de ajuste dos atos diretivos é palavra-mundo, isto é, pretende-se fazer com que o mundo (responder à questão, realizar uma ação), corresponda às palavras (as questões). E o estado psicológico é o desejo.

Além dessas instâncias essencialmente diretivas, há comandos que são precedidos de atos assertivos, ou seja, aqueles cujo propósito é comprometer o locutor (produtor da questão) com a verdade da proposição por ele expressa.

- (15) *No título, há uma “brincadeira” com duas palavras de sentido oposto. a) quais são esses sentidos...?; b) qual é o fonema que se repete com representações diferentes? Explique. (p.32, q.1, v.1)*
- (16) *Mário de Andrade, poeta modernista, afirmou...após ler a última estrofe do texto acima, você concorda com o poeta? Escreva uma frase explorando a sonoridade do ditongo nasal ao. (p.20, q.13, v.1)*

- (17) *no texto, o fonema /z/ aparece representado graficamente de três maneiras. Aponte-as e extraia exemplos no texto... (p.33, q.6, v.1)*
- (18) *Releia a primeira estrofe da canção. Nela, temos duas ocorrências da palavra já. Que noção de tempo essas palavras nos passam? Que palavra foi empregada em nítida oposição aos já? (p.40, q.6, v.1)*
- (19) *Em “quente, muito quente”, observamos uma gradação. Comente-a.” (p.61, q. 4, v. 2)*
- (20) *O poema tem a estrutura de um diálogo. Caracterize os interlocutores e identifique a fala de cada um. (p. 237, q. 1, v. 3)*

Como se vê, os casos de (15) a (20) são inicialmente marcados por atos *assertivos*, quando fazem uma afirmação sobre o conteúdo dos textos interpretados. Por apresentarem afirmações, consideramos esse tipo de questão como ato ilocucional assertivo, pois ao afirmarmos estamos nos comprometendo com a verdade expressa, temos a crença (que p), características dos atos de fala assertivos. No final das questões, há atos *diretivos* que se apresentam de forma explícita, com um verbo prototípico. As perguntas do tipo “quais são...?”, exemplo (15), podem ser consideradas atos *diretivos* por apresentarem como função principal incitar o leitor a praticar o ato de responder. Percebe-se, nesses casos, também, que os *assertivos* servem como uma preparação para o ato mais importante da questão, o *diretivo*.

Dessa forma, notamos que o fato de o ato assertivo introduzir um ato *diretivo* não acontece por acaso, pois funciona como preparação para o *diretivo*, que, por sua vez, exige uma compreensão e aceitação do *assertivo* apresentado. Assim, temos uma linearidade na sequência dos atos ilocucionais apresentados, isto é, o *assertivo* apresenta algo que deve ser considerado na realização do *diretivo*.

Outro tipo encontrado no livro são as questões que apresentam, além de ato *diretivo*, um *declarativo assertivo*. As questões que possuem esse tipo de ato de alguma forma apresentam um conceito novo ao leitor por meio de uma definição, o qual servirá de base para a resolução da questão. Conforme nos apresenta Mari (2001), as definições consistem em um modelo de realização dos *declarativos*, sendo um modelo menos institucionalizado desse tipo de ato ilocucional. Utilizando o exemplo: “A favela é a legítima

manifestação da arquitetura brasileira”, Mari nos dá a seguinte explicação:

Toda definição, como um ato declarativo, destina-se a legislar ou sobre o universo da linguagem ou, em particular, sobre um universo de coisas. A partir da definição de um termo (favela), uma realidade conceitual (legítima manifestação da arquitetura brasileira) torna-se a ele associada e pode ser considerada, do ponto de vista do locutor, como já existente. (MARI, 2001, p. 116).

Porém, observamos que esse tipo de questão apresenta uma peculiaridade, isto é, um proferimento de um assertivo com força de um declarativo. Searle (1969, 2002) nomeia essa categoria como declaração assertiva. As declarações assertivas, “diferentemente das outras declarações, partilham com os assertivos uma condição de sinceridade.” (SEARLE, 1969, p.30). Assim, tomando como base essa concepção estabelecida por Searle (1969, 2001), podemos classificar as questões que apresentam definição como declarações assertivas, com um propósito ilocucional de proferir um assertivo com a força de uma declaração, tendo a direção do ajuste assertiva (palavra-mundo) e a direção do ajuste dos declarativos (direção dupla mundo-palavra e palavra-mundo, pois quando definimos algo estamos fazendo com que nossas palavras correspondam àquilo que já existe – mundo-palavra, assim como estamos fazendo com que o que já existe ajuste o que vamos proferir – palavra-mundo). Notamos, também, que essas questões apresentam em seguida um ato diretivo. Em

(21) *Tatibitate é uma palavra criada a partir da sonoridade...sem consultar dicionário, que significado você atribuiria ela? (p.20, q.14,v.1),*

por exemplo, o locutor dá uma característica da palavra “Tatibitate” (*declarativo assertivo*) tentando estabelecer uma correspondência entre a realidade e o conteúdo proposicional; em seguida faz a pergunta (*diretivo*) sobre o possível significado que o leitor atribuiria a essa palavra. Além desse, há outros casos em que é introduzido um conceito e, assim como o anterior, pede que a partir dele a questão seja respondida.

- (22) ...a) Considerando que *antônimo* é a palavra de significação contrária...reescreva a frase substituindo a palavra *mais*...; b) continue a frase do enunciado, introduzindo, na sequência, uma ideia contrária. (p.33, q.10, v.1)
- (23) Literalmente, *paradoxo* é o “conceito que é ou parece contrário ao comum”. Explique o verso “A novidade era o máximo / Do paradoxo estendido na areia.” (p.133, q. 2, v. 3)
- (24) *Antítese* é uma figura pela qual se salienta a oposição entre duas palavras ou ideias. Aponte um exemplo de *antítese* no texto. (p. 133, q. 4, v. 3)

Os exemplos (22), (23) e (24) mostram a mudança no mundo com a conceituação de uma palavra e com valor de verdade, pois é falado pelo locutor que tem o compromisso com ela. As definições têm a direção do ajuste dupla, mundo-palavra e palavra-mundo, pois quando definimos algo estamos fazendo com que nossas palavras correspondam àquilo que já existe (mundo-palavra), assim como estamos fazendo com que o que já existe ajuste o que vamos proferir (palavra-mundo). Assim, temos uma correspondência entre a realidade e o conteúdo proposicional. Notamos que essas questões apresentam no final um comando para a resposta esperada da questão.

De acordo com a classificação que estabelecemos, tomando como base a taxonomia de Searle (1969, 2002), as questões analisadas apresentam-se como: *declarativos* (definições) e *diretivos*; *assertivos* (afirmações) e *diretivos*; e somente *diretivos*.

Em relação ao fato de as questões apresentarem atos de fala mesclados: *assertivo* e *diretivo*, *declarativos* e *diretivos*, observamos que Van Dijk (1992) chama a atenção para esse peculiar, destacando que se deve considerar o global, isto é, o macroato. Assim, em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de ato, há sempre um objetivo principal a ser atingido, para o qual concorrem todos os demais. No nosso caso, o objetivo principal é o de fazer o aluno realizar uma ação, de modo que podemos considerar como principal o ato *diretivo*.

Adotando essa abordagem, podemos considerar que os atos *assertivos* e as declarações *assertivas* são atos *subordinados* em relação ao ato *superordenado* (ato *diretivo*), pois os atos *subordinados* auxiliam os atos *superordenados*, ou seja, os atos *assertivos* e as declarações *assertivas*

introduzem o ato diretivo, considerado como ato principal. Essa introdução revela uma linearidade na sequência dos atos ilocucionais apresentados – os assertivos e as declarações assertivas apresentam algo que deve ser considerado na realização do diretivo.

Até aqui foi analisado separadamente cada tipo de questão. À frente se encontram em números os resultados da pesquisa realizada, com todos os atos contabilizados.



Gráfico 1: distribuição dos atos de fala na coleção Português: Ensino Médio

O gráfico 1 comprova a superioridade em número de ocorrências do ato *diretivo* em relação aos demais. De um total de 200 atos encontrados, os *diretivos* somam um total de 160, o que corresponde a 80% dos atos. Com 36 ocorrências, os *assertivos* apresentam um percentual de 18%. Os *declarativos assertivos*, por sua vez, só aparecem 4 vezes, o que corresponde a 2% dos atos encontrados.

Os atos *compromissivos* e os *expressivos* não aparecem no *corpus* analisado, em função de seu caráter acional se diferenciar dos outros atos. Estes últimos expressam estados psicológicos do locutor diante de determinada situação, o que não é comum aparecer em um livro didático. Da mesma forma, os *compromissivos*, que comprometem o locutor junto com o interlocutor a uma ação futura, também não foram encontrados na pesquisa.

As questões que possuem perguntas diretas apresentam um ato *diretivo*,

que pretende ter como resposta um ato *assertivo* com valor de verdade.

Quanto à posição dos interlocutores ou *condições preparatórias*, há em todo o exercício uma superioridade do locutor, pois ele tem consigo a condição de poder mandar/determinar que o aluno realize qualquer atividade. No que diz respeito às respostas, pode-se dizer que elas são atos *assertivos*, na medida em que o autor se compromete com a verdade das respostas das questões.

A direção de ajustamento entre mundo e palavra é, na maioria dos casos, mundo-palavra, pois o leitor é que vai ajustar suas ações ao conteúdo da proposição para que o exercício possa ser considerado acabado. Abaixo são descritas algumas conclusões do artigo.

#### 4. Considerações finais

Grosso modo, pode-se dizer que foi comprovada a principal máxima usada na TAF: “todo dizer é um fazer”, pois todas as questões possuem comandos que orientam ações futuras ou submetem suas sentenças aos critérios de verdade e falsidade descritos pelos estudiosos.

É possível também dizer que a maioria dos comandos encontrados na seção de interpretação de texto tem como objetivos orientar uma ação futura do leitor/aluno para que este, na medida em que aprenda a pensar da forma desejada, alcance o aprendizado que os produtores do livro desejam. Assim, o cumprimento das atividades ditadas significa a satisfação do ato. Além disso, percebe-se que o locutor possui um lugar privilegiado sobre o interlocutor, pois tem uma posição totalmente hierárquica com relação ao leitor. O primeiro tem a posição de detentor do saber, enquanto o último é aquele que, quando realiza as atividades, passa a cumprir seu papel de quem ainda está no processo de formação.

É importante destacar, também, que os atos *expressivos* e os *compromissivos* da classificação de Searle têm pouca ou nenhuma relevância neste tipo de análise, devido ao caráter diferenciado que estes possuem em relação aos demais, na medida em que não têm como função básica expressar estados psicológicos, tampouco de prever uma ação para o interlocutor ou para o próprio locutor.

Resguardadas as diferenças apresentadas, com a observação dos atos que integram a seção de interpretação de texto no livro analisado, fica

comprovado o teor imperativo das questões avaliadas, que têm seu ápice em orientações e/ou ordens que por vezes limitam a análise do estudante-leitor diante das possibilidades do texto.

Com relação ao livro didático, observamos que consiste no principal suporte utilizado nas aulas de língua na educação básica, representando também um dos principais meios de veiculação do discurso pedagógico. Assim, notamos que o livro didático apresenta força ilocucionária específica, levando o aluno a entender de determinada forma os enunciados das questões, que, por sua vez, proporcionam atitudes semelhantes àquelas que se pretende obter. Dessa forma, o professor, a partir desse instrumento didático que apresenta uma força X, pode se utilizar dessa “força” como um auxílio ou até um reforço na aprendizagem dos alunos.

Enfim, este estudo figura como um direcionamento a um olhar mais crítico e investigativo diante da arquitetura argumentativa do livro didático, mormente no que tange ao estatuto dos atos de fala nele veiculados e de como estes referendam sua concepção e, em última instância, sua eficácia junto ao trabalho docente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. (1962) *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

DE NICOLA, José. *Português: ensino médio, volume 1*. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2005.

\_\_\_\_\_. *Português: ensino médio, volume 2*. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2005

\_\_\_\_\_. *Português: ensino médio, volume 3*. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 2005

KOCH, Ingedore Villaça. Linguagem e Ação. In: *A inter-ação pela linguagem*. 7 ed. São Paulo: contexto, 2001. PP. 13- 28 (Repensando a língua portuguesa).

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, Hugo et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/ UFMG, 2001.

PEREIRA, Tânia; GRAY, Adriana. A teoria dos atos de fala: da abordagem clássica à abordagem interacionista. In: CARNEIRO, Marísia (org). *Pistas e travessias*: bases para estudos da linguagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp. 161 -183.

SEARLE, John. Uma taxinomia dos atos ilocucionários. In: *Expressão e significado*: estudos da teoria dos atos de fala. (tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. pp. 01-46.

SEARLE, J. R. – *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP, 1969.

VANDERVEKEN, D. *Les Actes de Discours*. 1. ed. Bélgica: Pierre Mardaga, 1988. v. 1. 226 p.

VAN DIJK, Teun A. Contexto e cognição. In: *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992. pp. 74-98.